



AVANÇOS DOS ESTUDOS DE ESPAÇO E TERRITÓRIO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA ANÁLISE NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (CBE0)

Marco Antonio DAMASIO FILHO (PG-UEM)

Hugo Minoru KITAZAWA (PG-UEM)

Renan Carlos KLICHOWSKI (PG-UEM)

Fábio Marques da Silva (PG-UEM)

Priscilla Borgonhoni CHAGAS (Universidade Estadual de Maringá-UEM)

RESUMO

O termo território é carregado de variados conceitos e usado de forma distinta dependendo do momento histórico. Ademais, espaço e território não são termos equivalentes, mas complementares e interdependentes, utilizados em muitas áreas do conhecimento. Especificamente nos Estudos Organizacionais, esse arcabouço permite analisar suas conexões espaciais e sociais, além de compreender a configuração capitalista do espaço urbano, tratando as cidades como espaços de produção e consumo de bens e serviços por meio da configuração espacial e territorial. Assim, considerando os avanços e as possibilidades que os estudos de espaço e território permitem ao campo dos Estudos Organizacionais, o presente artigo tem o objetivo de analisar os artigos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0) desde a sua primeira edição, concretizada em 2013. Sua contribuição teórica reside por meio de uma proposta multidisciplinar da visibilidade aos aspectos territoriais presentes nas pesquisas desenvolvidas nos Estudos Organizacionais. Para tanto, foi realizado um levantamento dos artigos distribuídos nos diversos grupos de trabalho que compõem as edições do evento e demonstradas, de forma quantitativa, o número de artigos submetidos a cada ano e, de forma qualitativa, as problemáticas discutidas. Conclui-se que, a partir do crescimento do número de trabalhos que abordam a temática, aprovados no CBE0, as perspectivas sobre espaço e território nos Estudos Organizacionais têm conquistado um maior espaço na área, e consequentemente, ensejando novas concepções acerca desta problemática.

Palavras-chave: Espaço. Território. Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais.

1. INTRODUÇÃO

O termo território é carregado de variados conceitos e usado de forma distinta dependendo do momento histórico. Santos e Silveira (2008, p. 19) afirmam que a linguagem comum frequentemente confunde território e espaço. Raffestin (1993), nesta mesma perspectiva, defende que espaço e território não são termos equivalentes e por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que se privaram de distinções úteis e necessárias. Além disso, o termo é utilizado em muitos campos

disciplinares. É um conceito muito utilizado na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento, como Economia, Antropologia, Sociologia e mais recentemente nos Estudos Organizacionais e daí a necessidade de uma maior compreensão.

Nos Estudos Organizacionais tem por potencial explicar, por exemplo, a territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), caracterizado como processo T-D-R. No primeiro citado o território é compreendido como o enraizamento; no segundo, ou seja, no de desterritorialização, há o rompimento ou deslocalização e, no último - o movimento de reterritorialização há uma compreensão acerca das relações de poder, por meio de uma nova forma de ocupação do espaço vivido. A análise desse processo permite compreender a dinâmica das cidades no que tange à lógica capitalista na ocupação e produção territoriais. Assim, os territórios, segundo Souza (2012), existem e são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas e tempos, por exemplo, de uma rua para um Estado ou país e em séculos, anos, meses ou dias, podendo ter um caráter permanente ou cíclico.

Além disso, no campo dos Estudos Organizacionais, autores têm compreendido a cidade enquanto organização, o que permite um olhar organizacional para a dinâmica urbana, abrindo o leque de possibilidades para a observação da vida social organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012; VIEGAS; SARAIVA, 2015). Esse arcabouço permite analisar suas conexões espaciais e sociais, além de compreender a configuração capitalista do espaço urbano, tratando as cidades como espaços de produção e consumo de bens e serviços por meio da configuração espacial e territorial. As abordagens desses conceitos permitem compreender a realidade das cidades por meio de uma visão que contempla os aspectos materiais e imateriais (SAQUET, 2013; SOUZA, 2013). Essa compreensão permite um olhar sobre as relações territoriais principalmente desencadeadas em função do desenvolvimento social e das relações de poder (SOUZA, 2013).

Considerando os avanços e as possibilidades que os estudos de espaço e território permitem ao campo dos Estudos Organizacionais, o presente artigo tem o objetivo de analisar os estudos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) desde a sua primeira edição, concretizada em 2013. A contribuição teórica deste artigo contempla a apresentação de trabalhos que abordam a temática do espaço e do território e com isso podem auxiliar a compreensão da gestão pública do espaço e das cidades sob uma visão mais ampla e multidisciplinar, que abrange as dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Para tanto, foi realizado um levantamento dos artigos distribuídos nos diversos grupos de trabalho que compõem as edições do evento e demonstradas, de forma quantitativa, o número de artigos submetidos a cada ano e, de forma qualitativa, as problemáticas discutidas.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, além desta introdução. Primeiramente são discutidas as concepções de espaço e território, buscando apresentar uma perspectiva história desses conceitos. A seção seguinte discute a multidisciplinaridade dos Estudos Organizacionais, uma vez que a busca de aportes teóricos de outras áreas do conhecimento é uma forte característica dessa área. Na sequência, são apresentados o histórico e concepção da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), seguidos da discussão a respeito da inserção e avanços dos estudos de espaço e território no CBEO, destacando os avanços dessa perspectiva teórica e suas contribuições para a área dos Estudos Organizacionais no Brasil. A última seção contempla as considerações finais do artigo.

2. CONCEPÇÕES DE ESPAÇO E TERRITÓRIO

O conceito de território, ora discutido por diversas áreas do conhecimento, tais como a Geografia, e a Antropologia, segundo Saquet (2013), fora inicialmente difundido e considerado, no século XVI, como sinônimo de abrigo e de oportunidades. Posteriormente,

sofrendo influências políticas e de poder, ligado aos aspectos de dominação política das cidades-estado gregas, romanas e em cidades medievais italianas, como Pisa, Veneza, Gênova, Milão e Florença, veio a reforçar as questões de soberania como preservação do território. A partir da introdução de um contexto mercantilista, nos séculos XVII e XVIII, ensejou-se a concepção de território para além da concepção de habitat do homem: a de receptáculo de investimentos econômicos dos indivíduos. Tal ideia surge a partir da identificação de recursos territoriais que poderiam representar vantagens à nação. Assim, teve início a necessidade da defesa do território, bem como a necessidade de proteção de tais recursos, visando à manutenção da soberania.

Além destas concepções do território como estado-nação, segundo Saquet (2013), as Ciências Naturais, mais especificamente a Geografia, desenvolveram por intermédio da figura de Friedrich Ratzel, uma abordagem geopolítica do território e os efeitos dos recursos dele provenientes sobre o homem. Tais estudos tiveram como pressupostos averiguar as possíveis ligações dos recursos naturais com a formação étnica do local, bem como se eram favorecidas as condições de isolamento ou miscigenação, a influenciarem na constituição de cada um dos povos. Todavia, tais estudos sobre o território não abarcavam as peculiaridades do social, tendo seu direcionamento, mormente empregado para as formas de pesquisa relacionadas às Ciências Exatas. Neste contexto, segundo Saquet (2013), pode-se citar as definições de Ratzel, geógrafo alemão, que abordava as perspectivas do território, como sendo este relacionado ao solo, onde pouco se via de suas características políticas. A esse respeito, Souza (2009), afirma que:

Tomemos o exemplo de Friedrich Ratzel. É interessante notar que ele procedeu, como autor clássico por excelência, em sua *Politische Geographie* (Ratzel, 1974), a uma emblemática “coisificação” do território. Ao mesmo tempo, e não por acaso, o vocábulo que ele mais empregava era, entretanto, de longe “solo” (em alemão. Boden), e não “território” (em alemão, reverberando o latim, *Territorium*)... Ou seja, percebe-se a “coisificação” (e a forte “naturalização”) do território já nessa escolha [...] (SOUZA, 2009, p.63).

Inserido na escola da geografia crítica, Raffestin (1993) retomou a discussão sobre a distinção entre espaço e território e buscou caracterizar os dois conceitos. Para ele, o conceito de espaço está situado como sendo anterior ao território, afirmando que este último se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, faz dele seu território. Assim, para Raffestin (1993), a apropriação concreta ou abstrata (pela representação, por exemplo) do espaço é resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos. Como resultado destas apropriações tem-se a produção de territórios.

Nesta concepção o autor aborda o espaço como algo dado, ou seja, equivalente a uma espécie de matéria-prima, a qual será transformada pelos indivíduos que dela se apoderam. Raffestin (1993, p. 144), esclarece que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”. Tais aspectos do poder podem ser compreendidos como as formulações às quais os indivíduos irão destinar ao território, ou seja, segundo Raffestin (1993, p. 145) “ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações”. Deste modo, os indivíduos exercem o poder sobre o espaço, ditando as normas e a morfologia pela qual este irá se desenvolver, transformando-se em um território que se forma em função destas características. Tais modificações podem ser comparadas ao que Santos (1994), denomina como formas, mas o território habitado, como o espaço humano, ou espaço habitado.

Assim, é importante destacar as contribuições de Milton Santos no estudo de território. Esse autor propôs uma abordagem econômico-material que ampliou a discussão para além da

abordagem areal ou restrita somente à compreensão de território como Estado-Nação, enaltecendo, assim, o uso e o controle social. Para o autor, território significa objetos, ações e a constituição de redes e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado, argumentando em favor da resistência de território e diante das organizações que trabalham na produção material e da informação, evidenciando o aspecto da reterritorialização no movimento de globalização da economia e de valorização do lugar, como espaço do viver da vida (SAQUET, 2013).

A respeito disso, Corrêa (2014), constrói uma relação entre o território enquanto espaço produzido, pelos indivíduos aos quais denomina agentes da produção do espaço. Tais indivíduos influenciam a disposição do território de forma a atender os seus interesses, em meio a um espaço de lutas e de poder. Segundo, Corrêa (2014), a produção do espaço:

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos, e com os outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2014, p. 43).

Deste modo, pode-se compreender por agentes de produção do espaço, todos aqueles que fazem parte da disputa de poder ocorrida no território. Segundo Corrêa (2014), estes podem ser elencados como os proprietários dos meios de produção, os produtores fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. Desta categorização, destaca-se que a atuação dos agentes na produção do espaço não é definida por Corrêa (2014), como excludente, mas ao contrário, é ressaltado um cenário onde a cooptação entre os agentes ocorre de acordo com os objetivos que estes possuam em comum. E outras palavras, em uma competição pelo espaço, diversos agentes participantes no quadro de construção do espaço concorrem por seus objetivos na disputa pelo território. No caso de um ou mais agentes possuírem o mesmo objetivo, serão estes os que irão possuir maior vantagem frente aos demais.

Assim, Corrêa (2014) atribui ao Estado a função de agente regulador da produção do espaço, onde para ele, o Estado, a partir de um papel privilegiado frente aos demais agentes, em função de contar com as formulações normativas e legais, o que lhe proporciona uma posição de destaque frente aos demais agentes. Tal função de regulador do espaço seria visando a distribuição mais justa do território. Contudo, segundo o autor, a produção do espaço baseada em uma ótica do capital, ou seja, baseada em preceitos capitalistas, tende a privilegiar a sua reprodução, criando o que Corrêa (2014, p. 45) denomina como “uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam”. A partir disto, as relações de clientelismo e de favorecimento entre os agentes, visando os mesmos objetivos, neste caso, a reprodução do capital, acabam por influenciar no cumprimento destes papéis por parte do estado, que termina por aliar-se a outros agentes, em um cenário no qual a corrupção pode existir.

A esse respeito, Carlos (2013, p. 64), assinala que “o Estado domina a sociedade inteira”, ao referir-se a tais movimentos de produção capitalista do espaço. Segundo Carlos (2013), a produção do espaço pautada sob a ótica do capitalismo, esforça-se por tornar homogênea a sociedade, ao passo que desta forma, lhe seja mais fácil manter o controle sobre esta, ainda que a mesma se desenvolva tendo como justificativa o desenvolvimento social e territorial. Outros apontamentos feitos por Carlos (2013) e Lefebvre (2006) estão em torno da perspectiva segregativa da produção capitalista do espaço, onde os demais grupos de agentes que produzem o espaço são distribuídos de forma mais conveniente à reprodução deste capital de acordo com a sua relevância no contexto em que se inserem, o que, em outras palavras, significa que as práticas de exclusão ocorrem visando o benefício de um ou mais agentes, em detrimento da exclusão de outros, geralmente, menos representativos em termos das lógicas capitalistas, ou seja, os grupos de indivíduos excluídos da sociedade. Como exemplo de tais

grupos podem ser citadas, as favelas, as comunidades, os distritos e bairros onde geralmente, residem pessoas de menor poder aquisitivo.

De acordo com Carlos (2013), para que a percepção acerca do território fosse mais profunda, melhor seria se fossem consideradas tanto as dimensões objetivas, quanto subjetivas da análise do território, ou seja, considerar tanto a produção objetiva, de bens, mercadorias e serviços, quanto à produção de uma consciência do indivíduo sobre si e sobre o território. A partir disso, assinala, segundo a postura de Pierre George, que a Geografia não deve abdicar de suas possibilidades críticas, caso contrário, tornar-se-ia uma simples reprodução do *status quo*.

Nesse sentido, os territórios são vivenciados material e simbolicamente pelos sujeitos, pois eles participam de sua elaboração. Esse processo resulta na formação de territorialidades, ou seja, o consumo dos efeitos das relações de poder. Portanto, o poder se apoia em toda produção de espaço e tempo. Assim, são as forças de mobilização e transformação do espaço que constituem as relações de poder. A intervenção dos sujeitos no espaço ocorre se houver modificações das relações de forças.

Tomando como base essas contribuições, julga-se importante o avanço de abordagens na área de Estudos Organizacionais que versem sobre a condição do território e espaço urbano, bem como ao que diz respeito à sua produção, sob um ponto de vista crítico. Deste modo, pensa-se que a maioria dos trabalhos abordados no presente artigo, como exemplos da abordagem temática escolhida, venha ao encontro de tais perspectivas acerca das problemáticas de território, por meio de uma concepção de cidades, como produtos destes mecanismos de produção do espaço, das cidades como organização. Destacam-se, neste contexto, as perspectivas multidisciplinares das abordagens acerca da produção do espaço e território, nos Estudos Organizacionais.

3. A MULTIDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Os primeiros escritos que deram origem aos Estudos Organizacionais foram de pensadores do século XIX, como Saint-Simon, cujas análises estavam centradas na interpretação das transformações ideológicas e estruturais com o surgimento do capitalismo industrial (REED, 1998). Para Hatch (1997), os estudos organizacionais avançaram ainda mais com os estudos de autores clássicos – Adam Smith, Karl Marx, Max Weber, entre outros – quando eles procuraram entender as questões da mudança das bases das organizações dentro da sociedade, como consequência da crescente industrialização e das alterações da natureza do trabalho.

Ainda segundo Hatch (1997), outro avanço proporcionado pelo processo de industrialização foi o estudo de autores, como Frederick Taylor, Henry Fayol e Chester Barnard, que objetivaram propor práticas e operações que resolvessem os problemas enfrentados pelos gerentes das organizações. Para Sacomano Neto e Truzzi (2002), todos estes estudos foram essenciais para a ampliação de possíveis abordagens, teorias e modelos presentes nas análises organizacionais.

Porém, para Engelman e Perrone (2006), os estudos decorrentes do processo de industrialização não foram suficientes para a necessidade de uma multidisciplinaridade nos Estudos Organizacionais. Segundo as referidas autoras, a necessidade de uma multidisciplinaridade só apareceu quando, no período entre as décadas de 1970 e 1980, as organizações precisavam se adaptar a um ambiente onde reinava a reestruturação econômica e os reajustamentos social e político.

Engelman e Perrone (2006) complementam que a forma encontrada pelas organizações, para responderem de forma rápida e atual a esse ambiente cada vez mais flexível, foi por meio da constante busca por “técnicas organizacionais centradas na solução de problemas, nas

respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas” (ENGELMAN; PERRONE, 2006, p. 106). Como consequência disso, as organizações precisam cada vez mais de informações precisas e atualizadas para que consigam tomar as melhores decisões num intervalo de tempo menor.

Segundo Engelman e Perrone (2006), essa centralidade na informação levou as organizações a darem uma maior importância às redes, a lideranças participativas, a gerência estratégica e uma organização democrática com preocupações sociais. E, por conta de todas essas transformações no mundo organizacional, Engelman e Perrone (2006) afirmam que uma simples disciplina não é suficiente para dar conta de tudo isso. Para tanto, as autoras elencam os seguintes níveis de colaboração e integração entre as disciplinas:

- a) **Disciplinaridade:** é o campo do conhecimento delimitado por um território de trabalho, que concentra a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão [...];
- b) **Multidisciplinaridade:** é o nível inferior de integração. Para compreensão do objeto de estudo, busca-se a informação e a ajuda em várias disciplinas que multiplicam olhares a respeito desse objeto [...];
- c) **Interdisciplinaridade:** segundo nível de associação entre as várias disciplinas em que a cooperação destas provoca intercâmbios reais. Existe uma verdadeira reciprocidade e, conseqüentemente, enriquecimentos múltiplos [...];
- d) **Transdisciplinaridade:** etapa superior de integração que trata da construção de uma metadisciplina sem fronteiras sólidas entre as disciplinas [...]. Seria a recombinação construtiva que supera as limitações do enquadre disciplinar [...] (ENGELMAN; PERRONE, 2006, p. 109).

Assim, uma forte característica dos Estudos Organizacionais é a busca de aportes teóricos de outras áreas do conhecimento, buscando lançar um olhar multidisciplinar na análise dos fenômenos organizacionais. No escopo deste artigo, discute-se a utilização de conceitos caros à Geografia, como os de território e de espaço, nos estudos a respeito de como as pessoas podem alterar a sua dinâmica social em função, por exemplo, de uma grande mudança no espaço/território onde habitam. Os estudos com essa abordagem teórica avançaram e abriram espaços para discussões. Como será visto nos itens a seguir, o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) passou a dedicar um Grupo de Trabalho para discutir artigos voltados a essa temática em 2016.

4. SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (SBEO) E O CBEO

No ano de 2012, mais especificamente no dia 21 de maio, em uma reunião na cidade de Curitiba – PR constituiu-se formalmente a Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), concretizando ideias de um grupo de pesquisadores de diferentes instituições do Brasil, da área de Administração. A proposta para a SBEO aponta em trabalhar com a multidisciplinariedade e seu objetivo é reunir pesquisadores de diferentes áreas científicas, “como Administração, Ciência Política, Direito, Economia, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, entre outros” com a intenção de discutir e refletir a respeito das organizações, formas e dimensões (SBEO, 2016).

O “Editorial” na *web* da SBEO reflete que aparentemente foi tardia a composição dessa sociedade, se verificar que os estudos relativos a fenômenos organizacionais são estruturados por volta dos anos de 1950. Porém, no Brasil isso ocorreu somente a partir de 1980, em

consonância com a solidificação da pesquisa, formação de departamentos universitários e de pós-graduação em administração. Anteriormente a isso, ainda conforme o “Editorial”, o pioneirismo dos estudos organizacionais brasileiros era pautado em sujeitos que se sensibilizavam com a temática e “*modus operandi*” das organizações, deixando resultados que ainda são debatidos nos dias de hoje. As contribuições e *insights* ao longo do tempo deram sustentação para a uma “autonomia disciplinar” para a área (SBEO, 2016).

O movimento que originou a Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, conforme relato em primeira pessoa disposto no site da instituição, vem de conversas informais de vários anos, em 2011 as conversas fizeram a proposta de uma reunião que formalmente, em 2012, deu origem, nome, formação de comissões (provisórias) e meses de trabalhos administrativos para a fundação da sociedade (SBEO, 2016).

A SBEO disponibiliza em seu sítio na internet, no campo “Sobre a SBEO” seus objetivos, que são relacionados em doze itens:

- (1) Promover a produção científica e outras formas de produção de conhecimentos relacionados aos estudos organizacionais, visando o bem estar humano e a proteção da natureza;
- (2) Zelar pela ética entre seus membros e suas relações com a sociedade;
- (3) Defender políticas científicas e educacionais que atendam aos interesses da população e do país;
- (4) Atuar junto aos órgãos de fomento e de instâncias de decisão em educação, de ciência e tecnologia, visando defender propostas deliberadas em assembleias onde for pertinente;
- (5) Promover, fomentar e facilitar a cooperação entre pesquisadores no âmbito nacional e internacional;
- (6) Incentivar e promover o surgimento de novos pesquisadores e grupos de pesquisa em todos os níveis educacionais;
- (7) Defender a liberdade intelectual, de pesquisa e de expressão de ideias, garantindo a liberdade acadêmica;
- (8) Incentivar e disseminar a produção de conhecimento original que reconheça a especificidade de nosso contexto de práticas;
- (9) Promover a disseminação e divulgação dos conhecimentos relacionados aos Estudos Organizacionais;
- (10) Incentivar a melhoria da qualidade do ensino e a sua articulação com a pesquisa e a extensão, bem como sua indissociabilidade, em temas pertinentes aos Estudos Organizacionais;
- (11) Promover parcerias e associações com outras sociedades científicas, instituições e organizações, nacionais e internacionais da área de Estudos Organizacionais e de outras áreas de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento dos Estudos Organizacionais e;
- (12) Realizar atividades de debate e disseminação do conhecimento relativo aos Estudos Organizacionais, facilitando o acesso de todos, em especial de estudantes (SBEO, 2016).

O primeiro congresso da SBEO, I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), foi realizado na cidade de Fortaleza – CE, no ano de 2013, destacando-se o lançamento da Revista Brasileira de Estudos Organizacionais (RBEO). Outro destaque foi a publicação do artigo de Rafael Alcadipani, intitulado “Confissões etnográficas: fracassos no acesso a organizações no Brasil”, premiado no mesmo ano, no reconhecido Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Administração (EnAnpad). Até então, foram realizados mais três congressos da SBEO: o II CBEO, em Uberlândia – MG em 2014, o III CBEO, em Vitória - ES, no ano de 2015, além do IV CBEO, realizado na cidade de Porto Alegre – RS, no mês de outubro de 2016 (SBEO, 2016).

A Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, (RBEO), teve sua primeira publicação no ano de 2014, tendo como objeto de contribuição e objetivo disseminar, no campo dos Estudos Organizacionais, conhecimentos que estimulassem o debate e a produção acadêmica interdisciplinar e multidisciplinar, visando um diálogo científico entre abordagens e autores de diversas áreas do conhecimento. O convite da revista pauta-se em ampliar debates e pesquisas na área, incentivando a originalidade e o ineditismo (RBEO, 2016).

Estes breves parágrafos descreveram a formação da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, desde suas origens, realização dos congressos, o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) até a formação de revista própria, a Revista Brasileira de Estudos Organizacionais (RBEIO) com objetivo de contextualizar a “disciplinarização” dos Estudos Organizacionais no Brasil.

O próximo item dedica-se a discutir a inserção dos estudos de espaço e território no CBEO, destacando os avanços dessa perspectiva teórica e suas contribuições para a área dos Estudos Organizacionais no Brasil.

5. AS ABORDAGENS ACERCA DO ESPAÇO E TERRITÓRIO NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (CBEO)

Conforme abordado no presente artigo, o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) recebe todos os anos uma série de artigos acadêmicos cujas temáticas estejam relacionadas aos Estudos Organizacionais. Considerando as problemáticas acerca de espaço e território a partir de uma perspectiva interdisciplinar, como parte das discussões pertinentes aos Estudos Organizacionais, busca-se analisar a sua representatividade bem como suas abordagens no decorrer dos anos, com base nos artigos apresentados em cada Grupo de Trabalho no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO).

Como o já assinalado anteriormente, o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), criado a partir da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEIO), com o intuito de proporcionar discussões acerca da prática e desenvolvimento de temas que versem sobre os Estudos Organizacionais no país, vêm recebendo trabalhos elaborados por acadêmicos, professores e pesquisadores do ramo, no intuito de contribuir para as discussões, desde o ano de 2013. A separação dos trabalhos recebidos pelo Congresso é feita de acordo com a área de discussão abordada pelos mesmos.

Na primeira edição do CBEO, realizada em Fortaleza – CE, no ano de 2013, ano de sua fundação, foram aceitos para publicação 102 trabalhos acadêmicos, divididos em 8 grupos de trabalho, conforme consta na Tabela 1, a qual mostra um panorama da quantidade de trabalhos aceitos em cada GT. Nesta mesma edição, como se pode notar na Tabela 1, a maioria dos artigos aceitos encontram-se no GT 02, o qual foi responsável pela aceitação de 28 artigos.

Tabela 1 - Quantidade de artigos por GT – CBEO 2013

Grupo de Trabalho – CBEO 2013	Quantidade de Trabalhos
GT 01 - A teoria da Atividade como Alternativa para Análise Cultural da Organização	6
GT 02 - A Vida Social Organizada em Perspectiva	28
GT 03 - Autogestão e Práticas Coletivas de Trabalho	10
GT 04 - Múltiplas Formas de Poder e Controle no Cotidiano das Organizações	19
GT 05 - Organização e Práxis Libertadora; GT 06 - Poder, Trabalho e Subjetividade	10
GT 06 - Poder, Trabalho e Subjetividade	9
GT 07 - Políticas Públicas e Organização do Campo da Cultura	12
GT 08 - Sexualidades, Trabalhos e Organizações	8
Total de artigos	102

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme demonstrado acima, na primeira edição do Congresso, não houve nenhum grupo de trabalho dedicado, exclusivamente, às discussões acerca da temática de espaço e território. Contudo, trabalhos como o de Viegas et. al. (2013), intitulado “Re-significações no âmbito da

cidade: um estudo das ações da prefeitura de Belo Horizonte no combate à pichação”, que versa sobre as práticas discursivas na cidade de Belo Horizonte, tendo como objeto a pichação, sob o prisma da ressignificação e memória da cidade; o de Quaresma Júnior e Peixoto (2013), denominado “O equilibrista e a corda-bamba: da resistência circense à gestão do espaço urbano”, que aborda as práticas de resistência de uma comunidade circense frente à gestão do espaço, cuja gestão estratégica, dá ensejo a uma gestão do espaço com base nesta resistência. Além destes trabalhos, os artigos de Peixoto, Quaresma Junior e Toledo (2013), intitulado “cidade e a gestão de um circo em meio aos movimentos de resistência”, abordam a mesma temática, com foco em como a gestão da cidade de Belo Horizonte, influencia na organização circense estudada, sob uma perspectiva do cotidiano. O artigo de Melo (2013), intitulado “Ocupação urbana Camilo Torres: apropriação e transformação do espaço na luta pela moradia em um movimento sem-teto em Belo Horizonte”, por sua vez, trata da perspectiva de segregação ocorrida da cidade, de acordo com uma dicotomia entre a cidade vivida e produzida, analisando uma comunidade de trabalhadores sem teto, denominada Camilo Torres, na cidade de Belo Horizonte. Tais artigos foram aceitos e publicados no GT 02, que corresponde às temáticas acerca da Vida Social Organizada em Perspectiva.

Assim, pode-se verificar que na primeira edição do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, os temas que possuem maior proximidade com a temática do território, abordam-no de forma indireta, ou seja, não possuem o estudo e a pesquisa acerca do território, como centralidade dos trabalhos. Porém, fizeram-se presentes temas como o Espaço Urbano, e a produção do mesmo sob a ótica da reprodução do capital, bem como as perspectivas de segregação advindas desta prática produtiva – assuntos comumente abordados em estudos que possuem o território como objeto de pesquisa. Deste modo, pode-se afirmar que tais artigos indicam uma preocupação relacionada à pesquisa da temática do território, ainda que de forma indireta.

No ano seguinte, 2014 a segunda edição do CBEO, ocorrida em Uberlândia – MG, ao todo foram aceitos para publicação 74 artigos, divididos em dez grupos de trabalho (GT), conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de artigos por GT – CBEO 2014

Grupo de Trabalho – CBEO 2014	Quantidade de Trabalhos
GT 01 - A teoria da Atividade como Alternativa para Análise Cultural da Organização	9
GT 02 - Práticas e simbolismos na (re)organização das manifestações culturais tradicionais das sociedades	8
GT 03 - O <i>Dark Side</i> Das Organizações: Crimes, Violência e Má Conduta No Ambiente Corporativo	12
GT 04 - Organização e Práxis Libertadora: por uma crítica da economia política da organização	8
GT 05 - Práticas Organizativas	9
GT 06 - Mobilidade e Interculturalidade nas Organizações	5
GT 07 - Economia Solidária: Um Caminho Alternativo Para a Transformação Social	3
GT 08 - Políticas Públicas e Organização do Campo da Cultura	4
GT 09 - Poder, Trabalho e Subjetividade	12
GT 10 - Temas Livres	4
Total de artigos	74

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre estes Grupos de Trabalho, os que mais contiveram trabalhos publicados foram os GT 03 e GT 09, ambos com 12 artigos. É possível notar que, mais uma vez, não fora destinada uma sessão específica para as perspectivas de estudo do território, ficando a sua temática

novamente sujeita a distribuição em um grupo com abordagem correlata que admitisse aproximação a tal temática. Como exemplo disso, pode-se elencar o trabalho desenvolvido por Santos, Almeida e Helal (2014), integrante do GT 05 – Práticas Organizativas, intitulado “Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE”, que destina um dos tópicos do trabalho para a compreensão das cidades como organização, incorporando conceitos de espaço e território, destacando as dimensões objetivas e subjetivas da cidade, bem como a concepção desta, como estando em constante mudança, de acordo com a percepção dos atores sociais, os indivíduos que nela constituem seus espaços. Outro ponto abordado no artigo é o da tendência à padronização como efeito da modernidade, no planejamento e produção da cidade.

No ano de 2015, em que a terceira edição do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais foi realizada na cidade de Vitória (ES) foram aceitos para publicação ao todo o número de 162 artigos, o que demonstrou um crescimento da quantidade de trabalhos publicados até então, figurando como a maior de todos os anos. Além do aumento em trabalhos, conforme demonstra a tabela 3, houve aumento também na quantidade de Grupos de Trabalho, passando na ocasião de 10, marca do ano de 2014, para 13 em 2015.

Tabela 3 - Quantidade de artigos por GT – CBEO 2015

Grupo de Trabalho – CBEO 2015	Quantidade de Trabalhos
GT 01 - A Interculturalidade nas Organizações	5
GT 02 - A Produção Simbólica da Organização: Memória, História e Cotidiano	14
GT 03 - Análise Interdisciplinar da Prática nas Organizações: Teoria da Atividade e Outras Possibilidades	14
GT 04 - Colorindo A Terra do “Management do Homem Branco”: Relações Raciais e Estudos Organizacionais	10
GT 05 - Comportamento Humano em Organizações e Gerações	8
GT 06 - Diálogos Sobre o Trabalho Humano	14
GT 07 - O <i>Dark Side</i> das Organizações: Crimes, Violência e Má Conduta no Ambiente Corporativo	13
GT 08 - O Organizar Extra(Ordinário) da Vida Cotidiana	16
GT 09 - Organização e Práxis Libertadora: por uma crítica da economia política da organização	19
GT 10 - Organização, Política e Cultura	18
GT 11 - Práticas Grupais de Pesquisa Qualitativa	3
GT 12 - Práticas Organizativas	14
GT 13 - Trabalho, Subjetividade e Poder	14
Total de Artigos	162

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na terceira edição do CBEO, os artigos que possuíam temáticas que abordavam o território eram distribuídos entre os GT 04 - Colorindo A Terra do Management do Homem Branco”: Relações Raciais e Estudos Organizacionais, GT 08 - O Organizar Extra (Ordinário) da Vida Cotidiana, e GT 09 - Organização e Práxis Libertadora: por uma crítica da economia política da organização, uma vez que, em mais uma ocasião, não houve a criação de um Grupo de Trabalho específico para tais estudos. Destaca-se o trabalho de Gaffuri, Ichikawa e Cassandre (2015), com o título “Quando o Brasil é meu ou seu? O testemunho no trabalho, no lazer e nas diferenças de Charles, imigrante e negro, com base em noções da territorialidade”, que tem como foco as noções de territorialidade a partir de um testemunho de um imigrante negro no Brasil, fazendo uma discussão sobre os aspectos relacionados ao espaço, território e territorialidade, em uma das suas sessões. Outro artigo a abordar as questões relacionadas ao território foi o de Silva (2015), intitulado “O espetáculo por trás do canteiro de obras: sobre

estratégias discursivas dos projetos de revitalização na cidade olímpica”, que abordou a temática da produção do espaço urbano, no âmbito de produção das cidades, mais especificamente, do Rio de Janeiro, cidade sede das Olimpíadas de 2016. Já o artigo escrito por Souza, Saraiva e Colares (2015), com o título “Entre a prancha de surf e os céus: territorialização e identidade na bola de neve church”, destaca-se a abordagem da temática da territorialidade e identidade em uma entidade religiosa, a partir de uma discussão respeito da construção do espaço a partir de contribuições históricas do indivíduo. O artigo de Chagas (2015), intitulado “Desenvolvimento e contradição: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)”, por sua vez, trata de assuntos relacionados à contradições relacionadas à aplicação de políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul, em que, a partir de uma proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o espaço é produzido buscando a satisfação da demanda por inclusão social, bem como a reprodução do capital, desconsiderando as especificidades territoriais locais, o que culmina por causar um aumento da desigualdade regional local, mais especificamente na cidade de Rio Grande - RS. Outro artigo que partilha do mesmo objeto de pesquisa, porém tendo a perspectiva territorial como secundária no estudo, é o de Rosa e Faé (2015), denominado “As consequências da implantação e crise da indústria naval para a organização do trabalho na cidade de Rio Grande”, que aborda o contexto da organização do trabalho na cidade de Rio Grande – RS, a partir das instalações e, posteriormente, as oscilações ocorridas com as empresas que passaram a atuar no local, a partir de políticas de incentivo do PAC.

Destaca-se ainda nessa edição do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, que mesmo não havendo um Grupo de Trabalho específico para os estudos do espaço e território, foi formada uma mesa redonda intitulada “Identidade Cultural, Territorialidade e Estudos Organizacionais”, estruturada para a discussão de temas que visassem a explorar o papel da territorialidade nos Estudos Organizacionais, bem como a relação da construção da identidade sociocultural dos indivíduos de acordo com o território em que atuam (CBEO, 2016).

Em 2016, a quarta edição do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), que foi realizada na cidade de Porto Alegre (RS) entre os dias 19 a 21 de outubro de 2016, contou com o número de 271 artigos aprovados, quantidade amplamente superior aos anos anteriores. Nesta ocasião, o GT 06 - Diálogos sobre o trabalho foi o que conteve a maior quantidade de artigos aprovados, 23 ao todo. Nesta edição, também, pela primeira vez desde a sua criação, o CBEO destinou à temática dos estudos sobre o espaço e território, um GT específico, o GT 02 - O lugar do espaço nos Estudos Organizacionais: espacialidades, materialidades, territorialidades; sendo este, juntamente com o GT 04 - Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais; os grupos com o segundo maior em número de artigos aprovados, sendo ao todo 20 artigos, como pode ser observado na tabela 4.

No GT 02, direcionado as perspectivas espaciais e de território, destacam-se entre os artigos apresentados os seguintes: “A Feira como Entrecruzamento de Espaços: entre o Concebido e o Vivido, o Praticado” de Domingues, Fantinel e Figueiredo (2016), que faz uma discussão acerca dos aspectos simbólicos ao espaço concebido e ao espaço vivido na Feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, nas perspectivas de diferentes sujeitos que compartilham o local; “Laje: um mundo de possibilidades - a significação do espaço para a produção cultural”, por Silva e Castro (2016), que discute sobre a categoria espaço, repercutida em diferentes campos de estudo, com o objetivo de perceber os significados da laje para a produção cultural, a partir da fala e das intervenções da equipe do projeto cultural “Nós Amamos Laje”; “A significação dos espaços das catadoras de materiais recicláveis: uma leitura por meio do binômio Damattiano casa e rua”, por Bernardes e Silva (2016), que busca descrever e analisar as significações que as catadoras de materiais recicláveis, de uma

associação no município de Vitória, Espírito Santo, fazem dos espaços casa (associação) e rua, através da lente de análise dessas categorias opostas desenvolvidas por DaMatta (1997a).

Tabela 4 - Quantidade de artigos por GT – CBEO 2016

Grupo de Trabalho – CBEO 2016	Quantidade de Trabalhos
GT 01 - Organizações e Interculturalidade	7
GT 02 - O lugar do espaço nos Estudos Organizacionais: espacialidades, materialidades, territorialidades	20
GT 03 - Análise reflexiva da prática nas organizações: contemplando diferentes áreas do conhecimento	15
GT 04 - Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais	20
GT 05 - Comportamento humano em organizações e gerações	18
GT 06 - Diálogos sobre o trabalho	23
GT 07 - O <i>dark side</i> das organizações: crimes, violência e má conduta no ambiente corporativo	13
GT 08 - As relações de poder no organizar (extra)ordinário da vida cotidiana	13
GT 09 - Organização e práxis libertadora: por uma crítica à economia política da organização	6
GT 10 - Empresa e modernidade: sobre origens, características e implicações da generalização da forma empresa	10
GT 11 - Práticas, Contribuições e Desafios da Pesquisa Histórica em Estudos Organizacionais	7
GT 12 - Trabalho, subjetividade e poder	11
GT 13 - Globalização, Periferia e Desenvolvimento	11
GT 14 - Estudos organizacionais no contexto do terceiro setor	10
GT 15 - Teorias da Prática e Diferentes Formas de Organizar: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Empíricos	15
GT 16 - "Da Lama ao Caos": reflexões sobre a crise socioambiental e as relações Estado-empresa-sociedade	9
GT 17 - Organização, política e cultura	11
GT 18 - Trabalho autogestionário, economia popular solidária e educação: processos organizacionais e protagonismos, em busca de cidadania e reconhecimento	12
GT 19 - Metodologias e Prática Qualitativas de Produção e Análise de Material Audiovisual	5
GT 20 - Estudos Organizacionais e Administração Pública: um diálogo necessário	11
GT 21 - Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas	18
GT 22 - Trabalho em Mutação: Carreira, Ocupações e Inserção Profissional na Contemporaneidade	6
Total de Artigos	271

Fonte: Elaborado pelos autores.

No mesmo GT 02 No GT 02, igualmente destacam-se os seguintes artigos: “Planejamento urbano e território vivido: construindo um ideal de cidade verde” elaborado por Mostagi e Mansano (2016), que busca compreender como a cidade de Maringá, localizada no norte do Paraná, empenhou-se na construção de um ideal de cidade verde em seu processo de urbanização; “O processo de territorialização a partir de uma política pública: o caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano-PR” de autoria de Silva, Chagas, Gomes e Borges (2016), que fomenta uma discussão sobre o processo de territorialização, desterritorialização e (re)territorialização, instrumentalizado por meio de uma política pública habitacional de abrangência nacional, qual seja: Programa Minha Casa Minha Vida, sob a ótica do Construcionismo Social;

“Intervenções Urbanas a partir de Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização, pelos moradores, do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR” de Oliveira e Chagas (2016), que tem por objetivo compreender como ocorreu a reterritorialização, pelos moradores, de dois bairros fronteiriços a uma obra de grande magnitude - o Contorno Norte em Maringá (PR); “Cidade de Rio Grande: implementação do polo naval e reorganização do espaço geográfico” por Faé (2016), que busca uma discussão a respeito da produção do espaço geográfico relacionada ao processo socioeconômico ocorrido na cidade de Rio Grande (RS); “Gentrificação em Fernando de Noronha”, de Brulon e Peci (2016), que versa sobre os efeitos da mudança do espaço urbano em decorrência do processo de gentrificação em Fernando de Noronha (PE); “A Apropriação do Espaço da Universidade Pública pelos Movimentos Sociais que se Organizam em Prol das Mulheres”, de autoria de Gomes, Silva e Kitazawa (2016) que busca compreender como se estabelece a relação entre o movimento social de mulheres organizado pelo DCE da Universidade Estadual de Maringá, na cidade de Maringá (PR), e a apropriação do espaço da universidade; “A produção do espaço sala de aula: o cotidiano de apropriações de docentes em uma pós-graduação em administração”, por Machado, Fernandes e Silva (2016), onde os autores buscam efetuar uma discussão sobre a apropriação do espaço sala de aula, em disciplinas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo; “A Epistemologia do Campo Aberto e o Organizar das Práticas de Espaço”, de Ipiranga e Lopes (2016), que busca refletir sobre a ideia das práticas organizadoras de espaços no campo dos Estudos Organizacionais, a partir de uma discussão sobre o autor Robert Cooper, articulando-a às contribuições e proposições de Theodore R. Schatzki e Michel de Certeau; “As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades: Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais”, por Franco e Oliveira (2016), que discute a formulação de políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades que resistem frente à imposição das lógicas de planificação do espaço urbano, a partir de práticas cotidianas das organizações; “O espaço como dimensão de análise no estudo de organizações alternativas: uma proposta baseada em Guerreiro Ramos, Henry Lefebvre e Milton Santos”, de autoria de Parada (2016), com o intuito de sugerir características e elementos de análise para o estudo de organizações que considerem outras possibilidades, tais como os estudos do espaço.

Além destes trabalhos inseridos no GT 02, acima citados, destacam-se outros trabalhos, que assim como nas edições anteriores do CBEO, fazem parte de Grupos de Trabalho com foco em outras temáticas centrais, mas que possuem relação ao tema pesquisado, ou seja, aqueles inerentes ao espaço e ao território. Utilizando-se de tal critério, podem ser citados os artigos: “Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano”, por Silva e Saraiva (2016), com o objetivo de compreender a relação entre cultura e o processo de (re)construção de territorialidades no espaço urbano e “Shopping popular nas brechas da lei: A construção de espaços com condutas aprovadas”, de Possas (2016), que visa discutir as relações de poder entre o governo da cidade de Belo Horizonte e os vendedores ambulantes, que antes ocupavam as ruas do centro de BH e hoje ocupam os shoppings populares; ambos pertencentes ao GT 08 - As relações de poder no organizar (extra)ordinário da vida cotidiana. No GT 09 - Organização e práxis libertadora: por uma crítica à economia política da organização; destaca-se o artigo “Conflitos no espaço urbano: um Cais Mauá de Todos?”, de Oliveira e Flores (2016), que tem por objetivo compreender os conflitos no espaço urbano gerados a partir do projeto de revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre; assim como o “De Cidade Local a Pseudocidade: implicações da empresarização do espaço urbano sob o mito do progresso” de Costa (2016), que discute sobre o processo de formação de pseudocidades a partir da intervenção do capital no processo de formação das cidades;

vinculado ao GT 10 - Empresa e modernidade: sobre origens, características e implicações da generalização da forma empresa.

A partir dos dados levantados a partir do presente artigo, verifica-se que houve um aumento das temáticas que visam as abordagens do território e da produção do espaço. Acredita-se que tal aumento, inclusive com a proposição de um grupo de trabalho específico na quarta edição do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), seja fruto de uma maior quantidade de pesquisas, que consideram a temática relevante. Considera-se que tais estudos, por sua vez, possam contribuir não apenas para a ampliação do conhecimento teórico sobre o território, mas também, para ensejar a produção de novos estudos que venham contribuir consideravelmente para a consolidação e avanço das discussões desse aporte teórico nos Estudos Organizacionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o objetivo de analisar os artigos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO) desde a sua primeira edição, concretizada em 2013. Verificou-se um aumento das temáticas que lançam mão das abordagens do território e da produção do espaço. Considera-se que as contribuições desse aporte teórico possibilitam compreender as dinâmicas territoriais e as relações que se estabelecem entre os homens nas esferas políticas, econômicas e culturais.

Neste contexto, considera-se relevante o aprofundamento das discussões dessas e que novas pesquisas sejam feitas. Esta postura de denúncia (e anúncio), característica dos Estudos Organizacionais, vem contribuir com abordagens que podem auxiliar na compreensão dos processos de dominação e segregação social, aliado à reprodução do capital, e desta forma, propor outros caminhos que levem em conta as especificidades do social. Ademais, esse aporte teórico permite compreensão das relações de poder, das redes e das percepções identitárias existentes em determinado território. Assim, considera-se que tal perspectiva embasada em um viés mais crítico, a partir de um perceptível crescimento observado nas edições do CBEO, venha ao encontro de abordagens menos naturalistas e gerencialistas do espaço urbano.

7. REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ENGELMAN, Selda; PERRONE, Cláudia Maria. Interdisciplinaridade nos Estudos Organizacionais: um novo paradigma. **Global Manager**, ano 7, n. 11, p. 105-115, dez. 2006. Disponível em: <ojs.fsg.br/index.php/global/article/download/515/424>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- HATCH, M. J. **Organization theory**. Oxford University Press, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG et al. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 62-98.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Políticas e Editoriais**. Disponível em: <<https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SACOMANO NETO, Mário; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. **G & P: Gestão & Produção**, v. 9, n. 1, p. 32-44, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n1/a04v9n1>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Editorial**. Disponível em: <<http://www.sbeo.org.br/sbeo/editorial/>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Sobre o SBEO**. Disponível em: <<http://www.sbeo.org.br/sbeo/sobre/>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental: In. SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos, e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-166.

VIEGAS, Glauce Cristine Ferreira Santos; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM Revista de Administração Mackenzie**, n.16, v.5, p.68-94, set./out. 2015.